

O argumento ontológico de Anselmo de Aosta e as objeções de Gaunilo*

Anselm of Aosta's Ontological Argument and Gaunilo's Objections

Glauber Ataide**

Resumo

Neste artigo vamos analisar o argumento ontológico para a existência de Deus como desenvolvido por Anselmo de Aosta nos capítulos II a IV de sua obra Proslógio. Em seguida, vamos enumerar pontos importantes tanto das objeções do monge Gaunilo, contidas em sua obra Pro Insipiente, como da tréplica de Anselmo em suas Responso.

Palavras-chave: Argumento Ontológico; Existência de Deus; Anselmo, Gaunilo, Proslógio.

Abstract

In this article we shall analyze the ontological argument for the existence of God as developed by Anselm of Aosta in the chapters II-IV of his work Proslogium. Afterwards we shall go through important points both of

* Artigo recebido em 24/04/2016 e aprovado para publicação em 23/05/2016.

** Mestrando em Filosofia pela UFMG e Bacharel em Filosofia pela UFMG. E-mail: glauberataide@gmail.com.

Gaunilo's objections in his work *Pro Insipiente* and of Anselm's rejoinders in his *Responsio*.

Keywords: Ontological Argument; God's existence; Anselm; Gaunilo; *Proslogium*.

1 Introdução

Desde sua primeira elaboração na obra *Proslógio* (1078), de Anselmo de Aosta, o argumento ontológico para a prova da existência de Deus percorreu uma significativa trajetória na história da filosofia. Descartes, Spinoza e Leibniz o reformularam na modernidade, e Kant, em sua *Crítica da razão pura*, identificou que todos os outros possíveis tipos de provas da existência de Deus o pressupõem. Novas versões do argumento surgiram também no século XX, destacando-se as de Kurt Gödel e Alvin Plantinga.

Durante séculos o argumento "ontológico" não teve essa denominação. Tanto Anselmo quanto Descartes lhe caracterizavam apenas como *meum argumentum* – meu argumento. Leibniz fala apenas de um *argumentum dudum inter Scholasticos celebre et a Cartesio renovatum* – um argumento muito celebrado entre os escolásticos, agora renovado por Descartes. O primeiro a descrever o argumento como ontológico foi Kant. O termo *ontologia*, no entanto, apareceu na história da filosofia cerca de seiscentos anos depois de Anselmo, de modo que seu argumento foi perfeitamente aceitável, por um longo período, como uma demonstração que não recorria propriamente à ontologia enquanto tal (MARION, 1992, p. 202).

Anselmo havia escrito uma obra anterior chamada *Monológio*, na qual tentou uma prova *a posteriori* da existência de Deus por meio dos argumentos axiológico e cosmológico (CRAIG, MORELAND, 2005, p. 603). Ele deu-se conta, no entanto, que sua obra era de difícil compreensão, devido ao "entrelaçamento das muitas argumentações" (ANSELMO, 1988, p. 97). Ele se propôs, então, a tentar "encontrar um único argumento que, válido em si e por si, sem nenhum outro, permitisse demonstrar que Deus existe verdadeiramente e que ele é o bem supremo" (ANSELMO, 1988, p. 97). Dessa vez ele buscaria um argumento *a priori*, o chamado *unum argumentum*.

O *Proslógio* é também denominado por Anselmo como *A Fé buscando apoiar-se na Razão* (ANSELMO, 1988, p. 98). A obra é desenvolvida em um tom de meditação, de interioridade, de modo que seu primeiro capítulo se intitula *Exortação à contemplação de Deus*. Antes de iniciar sua reflexão filosófica, Anselmo convoca o homem a fugir por um pouco de suas ocupações, a esconder-se de seus pensamentos tumultuados, a

afastar-se de suas graves preocupações e a deixar de lado suas trabalhosas inquietudes (ANSELMO, 1988, p. 99).

Como as *Confissões*, de Santo Agostinho, o *Proslógio* se apresenta como um diálogo com Deus, embora seja um diálogo em uma única voz (MCMAHON, 2006, p. 161). O Anselmo que narra a obra, no entanto, é apenas um personagem do Anselmo histórico. Segundo McMahon (2006, p. 159), quando Anselmo afirma que escreveu o *Proslógio* "como uma pessoa [*sub persona*] que se esforçasse para elevar a sua mente até à contemplação de Deus", ele claramente distingue a si mesmo, enquanto autor, da *persona* literária criada. *Sub persona* é uma imagem derivada do teatro: "sob o personagem", ou mesmo "sob a máscara". A obra se apresenta como uma ascensão cristã-platônica, uma elevação da mente para contemplar a Deus. Anselmo, o narrador, se coloca como um peregrino em uma jornada, e é a estrutura dramática desta caminhada que é necessário compreender (MCMAHON, 2006, p. 159).

Ainda em referência a Agostinho, Anselmo afirma que busca não compreender para crer, mas que crê para compreender (ANSELMO, 1988, p.101). Ele se mostra, no entanto, tão convicto da força de seu argumento, que afirma que "mesmo que não quisesse crer na tua existência, seria obrigado a admitir racionalmente que tu [*Deus*] existes" (ANSELMO, 1988, p. 104).

As primeiras objeções ao argumento ontológico foram publicadas à mesma época do opúsculo anselmiano, em uma pequena obra chamada *Pro insipiente* (*Livro a favor de um insipiente*). Todas as cópias mais antigas do manuscrito do *Proslógio* a trazem como apêndice, assim como as respostas de Anselmo a estas críticas, chamadas *Responsio*. Esta história do texto sugere que os três escritos desde muito cedo circularam como uma única obra. Neste artigo vamos analisar inicialmente o argumento de Anselmo como exposto nos capítulos 2 a 4 do *Proslógio* para, em seguida, enumerar algumas das principais objeções do *Pro Insipiente* e, ao final, apresentar pontos importantes da tréplica de Anselmo.

2 O argumento ontológico no *Proslógio*

Anselmo inicia seu argumento com a definição de "um ser do qual não é possível pensar nada maior". Mesmo que um insipiente ("incrédulo" ou "tolo") negue sua existência, ele é capaz de compreender ao ouvir as palavras "o ser do qual não é possível pensar nada maior". Mesmo que ele não admita a existência desse ser na realidade, ele se encontra pelo menos em sua inteligência.

Ao afirmar que o insipiente compreende "o ser do qual nada maior pode ser concebido", Anselmo quer apenas salientar que não há nisso nenhuma dificuldade. A compreensão do insipiente neste ponto parece ser

independente de qualquer compreensão da própria existência desse ser. Por uma questão de argumentação dialética, Anselmo requer do insipiente apenas que ele *compreenda* esta expressão (LOGAN, 2009, p. 94).

Ter a ideia de um objeto na inteligência, no entanto, é bem diferente de compreender que este ser realmente exista. Um pintor, por exemplo, já tem em sua mente a obra que pretende pintar antes de executá-la, mas nada compreende de sua existência real, pois ela ainda não existe. Somente quando a tiver pintado é que ele compreenderá também sua existência (ANSELMO, 1988, p. 102). Anselmo ressalta com este exemplo que não basta ser capaz de imaginar um objeto para que ele exista também na realidade. Seu único objetivo é mostrar que algo pode existir somente na ideia, sem existir na realidade.

Resultaria em uma contradição, porém, se "o ser do qual não é possível pensar nada maior" existisse somente na inteligência. Fosse este o caso, "poder-se-ia pensar que há outro ser existente também na realidade; e que seria maior" (ANSELMO, 1988, p. 102). Segundo Anselmo, "se, portanto, 'o ser do qual não é possível pensar nada maior' existisse somente na inteligência, este mesmo ser, do qual não se pode pensar nada maior, tornar-se-ia o ser do qual é possível [...] pensar algo maior; o que [...] é absurdo". Logo, conclui Anselmo, "o ser do qual não é possível pensar nada maior existe, sem dúvida, na inteligência e na realidade" (ANSELMO, 1988, p. 102).

Ao reduzir ao absurdo a afirmação do insipiente de que "o ser do qual nada maior pode ser pensado" não existe na realidade, Anselmo conclui que se deve pensar, portanto, este ser como existindo na realidade. Neste passo da argumentação, cabe observar, Anselmo ainda não provou que Deus existe, tendo afirmado tão-somente que "nós" acreditamos que Deus seja "aquilo do qual nada maior pode ser pensado". Ele pensa ter estabelecido, neste ponto, apenas a existência deste ser, mas ainda não equacionou a identidade deste ser a Deus (LOGAN, 2009, p. 95).

O próximo passo do argumento é então afirmar que aquilo que se pode dizer do "ser do qual nada maior pode ser concebido" pode também ser dito sobre Deus. O argumento de Anselmo tem, segundo Glymour (2015, p. 16), a seguinte estrutura lógica:

Premissa 1: Podemos conceber um ser do qual nada maior pode ser concebido.

Premissa 2: O que quer que seja concebido existe no entendimento de quem o concebe.

Premissa 3: Aquilo que existe no universo de quem o concebe e também existe na realidade é maior do que algo similar que existe apenas no entendimento de quem o concebe.

Portanto, um ser concebido, do qual nada maior pode ser concebido, deve existir na realidade assim como no entendimento.

Premissa 4: Deus é um ser do qual nada maior pode ser concebido.

Conclusão: Deus existe na realidade. (GLYMOUR, 2015, p. 16)

O ponto nodal da afirmação de Anselmo é que se "o ser do qual nada maior pode ser concebido" existe no entendimento, ele não pode existir somente no entendimento. Este passo de sua argumentação pode ser compreendido, segundo Logan (2009, p. 94), de duas maneiras: 1) que é maior, em geral, existir na realidade do que existir apenas no entendimento ou 2) que é maior, especificamente no caso do "ser do qual nada maior pode ser concebido", existir na realidade do que apenas no entendimento. A justificativa para a primeira interpretação seria consistente com uma perspectiva agostiniana ou neoplatônica no que diz respeito à bondade ou à excelência de ser. Existência real (*esse in re*) é melhor do que existência conceitual (*esse in intellectu*). Há uma correspondência entre a intensidade dos níveis de "excelência" e os níveis do ser. Aquilo que está acima na escala do ser é maior do que está abaixo. O que existe na realidade, portanto, tem que ser maior do que sua mera ideia. Por outro lado, Anselmo também pode ser compreendido da segunda maneira, já que seu argumento pode não requerer uma ontologia platônica. Ele requer apenas que, no caso específico do "ser do qual nada maior pode ser concebido", o conceito deve conter também tudo que existe em grau máximo. Se ele existe, portanto, *in re*, ele deve possuir todas as grandezas num sentido que excede tudo aquilo que existe apenas *in intellectu* (LOGAN, 2009, p. 94).

Variantes da expressão "o ser do qual nada maior pode ser pensado" podem ser encontradas em alguns filósofos anteriores a Anselmo (LOGAN, 2009, p. 92). Em Santo Agostinho, por exemplo, elas ocorrem em pelo menos duas passagens (*Confissões*, VII, 4, 6 e *De Moribus*, II, II, 24), cuja linguagem é muito similar à que foi utilizada posteriormente por Boécio em sua *Consolação da Filosofia*. O tipo de argumento formulado por Boécio, entretanto, parece ter sua origem não em Agostinho, mas em Aristóteles. Simplício afirma que o Estagirita apresentou uma prova para a existência de Deus em sua obra perdida *Sobre a filosofia*, na qual afirmava que "onde há um melhor há também o melhor, que seria o divino" (LOGAN, 2009, p. 92).

Segundo Koyré (1984, p. 196), a originalidade do argumento de Anselmo está, contudo, na maneira em que ele combina o princípio de perfeição com o princípio da contradição, pois suas ideias fundamentais não são em si novas. O arranjo, a forma e a aplicação destes elementos tradicionais é que são absolutamente pessoais e que expressariam a novidade trazida pelo monge de Bec.

O princípio de perfeição, herdado da filosofia neoplatônica, permite postular, *a priori*, uma existência real e passar da perfeição ao ser. Haveria, no entanto, importantes diferenças entre Plotino, por um lado, e Agostinho e Anselmo, como seus discípulos, por outro (KOYRÉ, 1984, p. 196).

Para Plotino há um paralelismo estrito entre o ser e a perfeição, entre os graus de perfeição e os graus de ser. Ao mais alto grau de perfeição corresponde o mais alto grau do ser, e à perfeição absoluta, o ser absoluto; e à causa da simplicidade absoluta do Uno supremo, deve-se dizer que para ele o ser não se difere da perfeição. Para Santo Agostinho, o ser, a existência, é um bem e, sendo uma perfeição, não pode faltar ao ser absolutamente perfeito, que é Deus. Não mais que seus outros atributos, a existência não pode ser separada nem de suas outras perfeições, nem de sua própria essência. Deus é o sumo ser (KOYRÉ, 1984, p. 197).

Não se pode encontrar no argumento de Anselmo, entretanto, nem no sentido plotiniano e nem no sentido agostiniano, uma identificação entre o ser e a perfeição. Tudo o que Anselmo afirma é que um ser dotado de perfeição e de existência é mais perfeito que um ser semelhante privado de existência, o que não implica que a existência é, por si só, uma perfeição (KOYRÉ, 1984, p. 199). Neste sentido o argumento de Anselmo não é exatamente ontológico, ou uma prova direta de que da essência de Deus deriva-se necessariamente a sua existência. Tal prova pressuporia uma noção clara e distinta da essência divina, e Anselmo nega a possibilidade de tal conhecimento. O argumento de Anselmo é uma prova indireta (KOYRÉ, 1984, p. 201).

3 A crítica de Gaunilo

Embora tradicionalmente atribuída a Gaunilo, monge de Marmoutier, nem Anselmo nem seu biógrafo contemporâneo, Eadmer, se referem ao autor do *Pro Insipiente* pelo nome (LOGAN, 2009, p. 115). Anselmo parece não conhecer sua identidade, pois afirma no início de sua *Responsio*: "Quem quer que tu sejas, que colocas na boca do insipiente essas argumentações [...]". Eadmer se refere ao oponente de Anselmo simplesmente como "alguém".

O insipiente – também uma *sub persona* criada por Gaunilo –, após recapitular o argumento de Anselmo, lança sua primeira objeção: se algo está na minha inteligência somente porque compreendo as palavras que o expressam, então não seria possível, também, afirmar o mesmo a respeito das coisas falsas ou absolutamente inexistentes? A afirmação de que este ser já se encontra na inteligência quando se ouve as palavras que o expressam é insatisfatória, pois também encontramos na

inteligência diversas coisas incertas, duvidosas e falsas, e com frequência até mesmo prestamos fé nessas coisas (GAUNILO, 1988, p. 124).

Para Gaunilo, o argumento de Anselmo é válido apenas quando já se tem de antemão a certeza de que aquele "ser do qual não se pode pensar nada maior" existe no pensamento de maneira diferente da que é possível existir as coisas falsas ou duvidosas. Neste caso, afirma Gaunilo, não se compreende o objeto *depois* de ouvir "o ser do qual não se pode pensar nada maior". Esta descrição apenas *aponta* para um objeto do qual já se tem conhecimento. Se o argumento de Anselmo estivesse correto, conclui Gaunilo, não haveria na inteligência a distinção dos momentos de compreender a ideia do objeto e o de compreender sua existência. Estes dois momentos podem ser ilustrados por uma pintura, a qual primeiro se encontra na mente do pintor e, posteriormente, na obra realizada (GAUNILO, 1988, p. 124).

Outra importante objeção de Gaunilo é que, se é possível conceber que Deus não existe, pode-se pensar da mesma forma que o ser maior que todos – *maius omnibus*¹ – também não. Não se pode pensar este ser ou apreendê-lo no entendimento à maneira de algo conhecido por nós sob as categorias de gênero ou espécie, pois ele não é conhecido e nem se pode dele obter qualquer ideia por comparação com outras coisas, haja vista que o próprio Anselmo afirma que nada pode haver de similar a ele (LOGAN, 2009, p. 118). Pelo fato de "o ser do qual não se pode pensar nada maior" ser diferente de tudo o mais que existe, ele não é capaz de concebê-lo em sua mente ao ouvir esta definição, assim como também não consegue entender o próprio Deus. O monge de Marmoutier ilustra isso com o exemplo de um homem cuja existência ele ignorava, e do qual agora ouve falar. Através do conhecimento do que é, em geral, um homem, seria possível conceber um determinado homem em particular. Se a pessoa que lhe forneceu a descrição deste homem lhe tivesse, no entanto, enganado, ele teria concebido então um homem que simplesmente não existe, ou seja, ele teria concebido um homem qualquer, um homem falso. Não é possível ter este ser irreal no conceito ou no entendimento da mesma maneira que o "ser maior do que todos os outros seres", pois é possível conceber aquele homem de acordo com um fato que seja real e familiar, mas de Deus, ou de um ser maior do que todos os outros, não seria absolutamente possível conceber nada, exceto de acordo com a palavra. É um objeto dificilmente – ou nunca – pode ser concebido de acordo apenas com a palavra.

Nem Deus e nem o ser maior que todos existem no pensamento ou no entendimento como algo verdadeiro e conhecido, mas apenas como som

¹Gaunilo atribui a Anselmo uma expressão que ele não utiliza. O "ser maior que todos" e o "ser do qual nada maior pode ser concebido" não são equivalentes. Anselmo dirá que a existência real de um ser que é dito "maior que todos os outros seres" não pode ser demonstrada da mesma maneira que a existência real de um ser "do qual nada maior pode ser concebido".

de letras e sílabas. Pensar em algo verdadeiro implica pensar sobre o significado da palavra, o que não é o caso quando se pensa sobre o ser maior que todos. Pelo contrário, pensa-se neste ser como não o conhecendo, como sendo apenas uma atividade da alma (LOGAN, 2009, p. 118).

Para Gaunilo também não se aplica a comparação utilizada por Anselmo entre a ideia e a existência do "ser do qual não se pode pensar nada maior" e a ideia e a existência de uma pintura que existe primeiro na mente de um pintor e depois na realidade. A pintura, antes de realizada, existe na própria *arte* do artista, em sua capacidade de realizá-la. Tal coisa não é nada mais que parte do seu próprio entendimento. Um marceneiro prestes a construir uma caixa, por exemplo, a tem apenas em sua arte. A caixa que é fabricada não é vida, mas a caixa que existe em sua arte, sim. A alma do artista, na qual todas essas coisas estão, vive antes de que sejam produzidas. "Por que, então", pergunta Gaunilo, "essas coisas são vida na alma do artista, a não ser que sejam nada mais do que o conhecimento ou o entendimento da própria alma?" Com exceção, no entanto, daqueles fatos pertencentes à natureza das operações da mente, o que quer que seja ouvido ou pensado é percebido como real. Sem dúvidas que o objeto real é uma coisa, e o entendimento, o qual apreende o objeto, é outra. Mesmo que fosse verdade, portanto, que existe um ser do qual um maior é inconcebível, mesmo para este ser, quando ouvido ou compreendido, a imagem ainda não criada na mente do pintor não é análoga.

A estratégia argumentativa de *reductio ad absurdum* utilizada por Anselmo também não é conclusiva na avaliação de Gaunilo. Se o "ser do qual não se pode pensar nada maior" existe na realidade unicamente porque o contrário resultaria em uma contradição lógica, Gaunilo afirma que ele não nega que este ser exista no entendimento, mesmo que não possa ser concebido em termos de nenhum fato. O que ele ainda não está disposto a admitir, contudo, é que este ser tenha uma existência real unicamente pelos argumentos apresentados por Anselmo.

A mais conhecida das objeções de Gaunilo a Anselmo é o argumento da *Ilha Perdida*. Existiria uma ilha, afirma Gaunilo, em alguma parte do oceano, a qual, devido à dificuldade ou mesmo impossibilidade de se descobrir em geral o que não existe, é chamada de Ilha Perdida. Diz-se que esta ilha tem todo tipo de riquezas inestimáveis, e não tendo nem proprietário e nem habitantes, ela é mais excelente do que todos os outros países habitados pelo gênero humano.

Se alguém, no entanto, disser que existe tal ilha, pode-se facilmente entender suas palavras, nas quais não se encontra nenhuma dificuldade. Sendo esta ilha, na imaginação, a mais excelente de todas as ilhas, alguém poderia da mesma forma afirmar que esta ilha existe também na realidade, pois se não existisse, qualquer terra existente seria mais excelente que ela. Alguém que tentasse provar a existência desta ilha com

tal argumento deveria mostrar, antes de tudo, que a excelência hipotética desta ilha existe como um fato real e indubitável. A estrutura do argumento ontológico de Anselmo é aplicada assim a um objeto diferente – no caso, a uma ilha – para demonstrar a implausibilidade da passagem de uma existência lógica necessária a uma ontológica.

4 Resposta de Anselmo a Gaunilo

A *Responsio* de Anselmo não é apenas uma reiteração do *Proslógio*. Segundo Logan (2009, p. 115), ela é fundamental para ajudar a esclarecer o que seu autor pretendia com o *unum argumentum*. Neste apêndice Anselmo se dirige não à *sub persona* – ao insipiente – criada por Gaunilo, mas ao próprio Gaunilo. Anselmo não acredita que seu oponente estivesse argumentando apenas em nome de um insipiente, mas sim como um crente que não aceita que o *unum argumentum* seja suficiente para provar a existência de Deus.

De maneira geral, a *Responsio* pretende mostrar que 1) o *Proslógio* foi construído como um argumento filosófico, cuja compreensão é acessível a qualquer ser que possua razão; 2) a identidade entre Deus e "o ser do qual nada maior pode ser pensado" é central para o argumento do *Proslógio*; 3) Deus como "o ser do qual nada maior pode ser pensado" é um caso especial, o que cria um problema para objeções que aplicam uma forma lógica semelhante (como o exemplo da *Ilha Perdida*); 4) termos que são perfeitamente legítimos em si mesmos, quando aplicados a Deus (como "maior que todas as coisas" e "necessariamente existente") não podem ser substituídos pelos termos que Anselmo utiliza, tais como "o ser do qual nada maior pode ser pensado" e "aquilo que não pode ser pensado como não existente" e 5) o argumento do *Proslógio* se ocupa *do ato de pensar sobre Deus*, e não apenas de uma análise do conceito de Deus (LOGAN, 2009, p. 115).

Gaunilo afirmou ser possível pensar até mesmo as coisas falsas como existentes, Anselmo responde que seu objetivo no *Proslógio* era apenas mostrar, primeiro, que o "ser do qual nada maior pode ser pensado" é compreendido pela inteligência e se encontra nela de alguma maneira para, depois, "examinar se ele se encontra nela somente como as coisas falsas ou, realmente, como as coisas verdadeiras" (ANSELMO, 1984, p. 137). Se é possível conceber até mesmo as coisas falsas, afirma Anselmo, não há razão para repreender sua asserção de que o "ser do qual nada maior pode ser concebido" existe na inteligência, mesmo que não se tenha ainda certeza de que existe na realidade. Esta objeção de Gaunilo passa ao largo da questão.

Anselmo não vê dificuldades em responder à objeção de Gaunilo de que o ser supremo pode ser concebido como não existente da mesma forma que o insipiente concebe Deus como não existente. Para Anselmo, não seria

crível que qualquer homem, ao ouvir as palavras "o ser do qual nada maior pode ser concebido", e as compreendesse em certa medida, negasse sua existência apenas porque nega a existência de Deus. Tampouco seria crível que alguém o fizesse em relação a qualquer objeto cuja existência é compreendida em algum grau. Ao não equiparar, inicialmente, o "ser do qual nada maior pode ser concebido" a Deus, Anselmo antecipou o fato de ser possível a um insipiente compreender o primeiro, em alguma medida, enquanto que não compreenderia de nenhuma forma o segundo.

Gaunilo teria também afirmado que supondo que um "ser do qual nada maior pode ser concebido" seja de fato concebido, não se segue daí que este ser esteja no entendimento, nem que, caso esteja, ele de fato exista na realidade. Anselmo reafirma: se aquele ser pode pelo menos ser concebido, ele tem que existir na realidade. Um ser do qual algo maior é inconcebível só pode ser concebido como sem início. O que não existe pode ser concebido como existente através de um início, mas não seria, por isso, o "ser do qual um maior não pode ser concebido". Se é possível conceber tal ser como existente, ele necessariamente existe.

A impossibilidade de se apreender de forma total o "ser do qual nada maior pode ser concebido" é comparada, por Anselmo, à impossibilidade de se olhar diretamente para os raios solares. Gaunilo deveria dizer, afirma Anselmo, que alguém que não pode olhar para o sol diretamente não estaria, então, vendo a luz do dia. Este ser, portanto, de fato está no entendimento, mesmo não sendo possível compreendê-lo por completo.

Gaunilo também não está certo, afirma Anselmo, ao dizer que Deus é diferente de tudo o mais, e que não se conhece nada parecido em sua espécie e gênero. Como todo bem, enquanto bem, se parece com um bem maior, está claro que para qualquer inteligência racional é possível ascender ao ser do qual nada maior pode ser concebido partindo das coisas acima das quais é possível pensar algo maior.

É possível compreender o ser do qual nada maior pode ser concebido mesmo que ninguém mais o compreendesse. Segundo Anselmo, nada impede que se pronuncie a palavra "inefável", apesar de não ser possível expressar o que se designa com este termo. Ocorre o mesmo quando pensamos algo "impensável", embora essa qualificação só devesse ser aplicada ao que realmente é impensável. Da mesma maneira, ao ouvir "o ser do qual nada maior pode ser concebido" é possível compreender esta expressão, mesmo não compreendendo o ser ao qual ela se refere.

Ao argumento da *Ilha Perdida*, com o qual Gaunilo parodia o *unum argumentum*, a resposta de Anselmo consiste em ressaltar que seu argumento não pode ser aplicado a nenhuma outra coisa com exceção do ser do qual nada maior pode ser pensado. Esta não seria uma afirmação arbitrária, mas segue-se dos resultados de seu procedimento dialético. É apenas no caso do ser do qual nada maior pode ser pensado que se pode derivar certas coisas - este argumento só pode estabelecer a existência

deste ser supremo, e de nada mais. Ilhas e todos os outros seres que existem e não existem em sua totalidade em todos os tempos e lugares, que têm um início ou dependem de algo mais para sua existência, não podem ser o sujeito da *ratio Anselmi* (LOGAN, 2009, p. 121). Objetos que têm ou início ou fim ou composição de partes podem ser concebidos como não existentes, isso é, qualquer objeto que não existe como um todo em algum lugar do tempo e do espaço. Anselmo afirma que se alguém puder demonstrar que isso é possível, ele próprio, Anselmo, encontrará e dará esta ilha perdida a quem o fizer, para que ela nunca se perca novamente.

5 Conclusão

O argumento ontológico de Anselmo de Aosta tenta demonstrar a existência de Deus de maneira apriorística. Sua elaboração resultou do projeto de seu autor de encontrar um argumento único e mais simples do que aqueles apresentados no *Monólogo*, sua obra anterior.

A ontologia neoplatônica, embora com forte presença no período de Anselmo e também em sua formação agostiniana, parece não ser um pressuposto do argumento. O arcebispo de Cantuária parece se valer, antes, da arte dialética apresentada por Aristóteles na sua obra *Tópicos*, transmitida neste período da Idade Média por Boécio (LOGAN, 2009, p. 14).

Segundo Logan (2009, p. 17), a estratégia de Anselmo consiste em inicialmente identificar um termo médio com o qual seu oponente concorde, que lhe seja aceitável (argumento provável), para estabelecer, em seguida, sua solidez demonstrativa (argumento necessário). Para demonstrar que Deus existe, ele primeiro apresenta ao público geral, à audiência de sua disputa com o insipiente, seu termo médio como sendo "o ser do qual nada maior pode ser pensado" (=X). Ele então afirma que a existência de Deus está sendo colocada em questão, e leva seu oponente a aceitar seu termo médio e sua premissa maior: X existe no entendimento (*in intellectu*) e na realidade (*in re*). Tendo estabelecido a premissa maior, ele então argumenta pela premissa menor: Deus é X. Se Deus não é este X, então existe algo maior que Ele, o que significa que a criatura é maior que o Criador, o que é impossível. Anselmo atinge, segundo Logan (2009, p. 17), os limites da arte dialética, pois um argumento necessário só pode ser negado às custas da racionalidade de quem o nega. Tendo estabelecido, portanto, as duas premissas, o insipiente não desempenha mais nenhum papel na argumentação, pois Anselmo se move de um argumento provável para um necessário, e pode concluir que Deus existe.

O debate com Gaunilo amplia e esclarece o *Proslógio*. O fato de as objeções do monge de Marmoutier e a tréplica de Anselmo a estas críticas

terem circulado desde cedo, por exigência de Anselmo, como uma única obra, parece indicar que o bispo de Cantuária considerou satisfatórias suas respostas ao *Pro Insipiente*.

O argumento de Anselmo nunca foi bem aceito por teólogos. Criticado por Gaunilo logo à época de sua publicação, ele foi esquecido até meados do século XIII, quando Tomás de Aquino o rejeitou de uma vez por todas. Entre os filósofos, contudo, seu destino foi diferente. Sua constante presença na filosofia moderna alcançou o máximo de influência ao constituir, na leitura de Russell (1945, p. 417), a base de todo o sistema hegeliano. Seja válido ou não, concordamos com as palavras de Bertrand Russell: um argumento com uma história tão significativa certamente deve ser tratado com respeito.

6 Referências

St. ANSELM. *Proslogium; Monologium; An appendix in behalf of the fool by Gaunilon; And Cur Deus Homo*. Tradução de Sidney Norton Deane. Chicago: The Open Court Publishing Company, 1939.

Santo ANSELMO. *Proslógio*. Tradução de Angelo Ricci. In: Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

CRAIG, William Lane; MORELAND, J.P. *Filosofia e cosmovisão cristã*. São Paulo: Vida Nova, 2005.

GLYMOUR, Clark. *Thinking things through: an introduction to philosophical issues and achievements*. 2.ed. Cambridge: MIT Press, 2015.

KOYRÉ, Alexandre. *L'idée de Dieu dans la philosophie de St. Anselme*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1984.

LOGAN, Ian. *Reading Anselm's Proslogion: The history of Anselm's argument and its significance today*. Farnham: Ashgate Publishing House, 2009.

MARION, Jean-Luc. Is the ontological argument ontological? The argument according to Anselm and its metaphysical interpretation according to Kant. In: *Journal of the History of Philosophy*, Vol. 30, N. 2, 1992, pp. 201-2018.

MCMAHON, Robert. *Understanding the Medieval Meditative Ascent: Augustine, Anselm, Boethius & Dante*. The Catholic University of America Press: Washington, 2006.

RUSSELL, Bertrand. *The History of Western Philosophy*. New York: American Book-Stratford Press, 1945.